

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

## ACTA N.º 5

### SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2014:

Aos treze dias do mês de Junho do ano de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves Salgado e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Votação da Acta n.º 04 da Sessão de 24/04/2014; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Eleição do representante do Município no Concelho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia; -----
- 4) AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro – Adesão; -----
- 5) Recrutamento Excepcional – Proposta n.º 08/2014; -----
- 6) Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito a alunos do Ensino Secundário. -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. Os Senhores Deputados Municipais Manuel Jacinto Gaspar Silva, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Ana Filipa Varela Soares Pereira, André Manuel Vaz Seco e António Nogueira das Neves solicitaram a sua substituição o que veio a verificar-se por Paula Cristina Cardoso Pinheiro Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Iris Maria Fernandes de Gouveia Pessanha Marques e João Manuel Lima Louceiro, respectivamente. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para referir que antes de se dar início ao Período Antes da Ordem do Dia, e nos termos da alínea d), do artigo 36.º do Regimento, iria pôr à votação a inclusão da Adenda à Ordem de Trabalhos já distribuída pelos Senhores Deputados Municipais. -----

Votaram contra os seguintes Deputados Municipais: Isabel Pinto Ferreira Lemos e João Manuel Lima Louceiro; absteve-se Vítor Manuel Alves de Matos e a favor: Daniela de Melo Esteves Salgado, Paula Cristina Cardoso Pinheiro Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia Pessanha Marques, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, João Carlos Ferreira dos Santos, Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

O Deputado Municipal Bruno Manuel P. Coimbra não participou por se ter ausentado momentos antes da votação, tendo comparecido após a mesma. ---

A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos interveio para fazer a seguinte Declaração de Voto: -----

*“Nós votámos contra porque não houve tempo para nós reflectirmos, estudar o assunto. A nossa força política tem apresentado várias propostas e várias intervenções sobre este assunto, e nós gostaríamos de ter tido mais tempo. Rebemos isto ontem, por volta do meio-dia, de modo que foi completamente impossível preparar e por isso votámos contra. Achamos que o regimento não deve ser só para vestir a legislação mas tem que ter adequações à realidade local, por isso votámos contra” -----*

A Senhora Presidente da Mesa referiu que tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e dois votos a favor, dois votos contra e uma abstenção, o assunto constante na Adenda à Ordem de Trabalhos - Regulamento do Conselho Municipal de Juventude - seria o Ponto 7 -----

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais João Louceiro, Isabel Lemos e Luís Brandão. -----

1) Tomou a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro lendo a intervenção que a seguir se transcreve: -----

*“A CDU, neste ano em que se comemoram os 40 anos do 25 de Abril e se renovaram valores associados a esta data, muito particularmente o da liberdade, decidiu homenagear um homem que viveu e morreu na Pampilhosa e que lutou toda a sua vida pela liberdade e pela justiça social: Augusto Oliveira. Integrou a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Mealhada após o 25 de Abril de 1974, foi dirigente concelhio e distrital do Partido Comunista Português, dirigente sindical, membro da Assembleia de Freguesia da Pampilhosa e da Assembleia Municipal, assumiu funções de direção em várias coletividades, nomeadamente Bombeiros Voluntários da Pampilhosa e Clube de Futebol da Pampilhosa, enfim, foi um homem que foi em exemplo do exercício de cidadania. -----*

*Assim sendo, contactados todos os grupos das várias forças políticas, propõe-se a esta Assembleia Municipal que aprove a atribuição do nome de Augusto Oliveira a uma rua da Pampilhosa, que ainda não possua designação, deixando à respetiva Junta de Freguesia a escolha da via. -----*

*Os eleitos da CDU -----  
Isabel Lemos, João Louceiro”.* -----

Continuou a sua intervenção com referências à escola pública e a um apelo lançado em defesa da mesma, subscrito por um conjunto diversificado de personalidades, propondo que a Assembleia Municipal fosse também subscritora do Apelo em Defesa da Escola Pública, referindo que a lei de bases refere que compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino e a Constituição estipula que o Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, mas tem-se visto com o passar dos anos a escola pública a fragilizar-se, por ser um alvo constante de cortes sobre cortes. Estando anunciados mais cortes, surgirão mais dificuldades, o que coloca a escola

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

pública em risco, havendo um caminho de desresponsabilização do poder central. Os subscritores do apelo apontam a necessidade de fazer alguma coisa acerca do assunto e mesmo a possibilidade de organizar uma iniciativa de âmbito nacional, sendo os subscritores de raiz muito ampla. Solicitou à Senhora Presidente que pusesse à votação a assinatura por parte da Assembleia Municipal deste Apelo Em Defesa da Escola Pública e aos Presidentes das Juntas de Freguesia que, nas respectivas freguesias, se juntassem também ao apelo. Solicitou ainda que a Senhora Presidente perguntasse ao Executivo se subscreveu o Apelo, pois seria importante juntar à grande lista de subscritores os órgãos autárquicos do Concelho. -----

A Senhora Presidente da Mesa, interveio, referindo que em relação à primeira parte da intervenção do Senhor Deputado João Louceiro, a Assembleia Municipal não tem competência para a atribuição de um nome a uma rua, tendo sim a possibilidade de dirigir essa recomendação ao Executivo, pelo que ao votar-se a proposta, o resultado será nesse sentido. Após o esclarecimento, a Senhora Presidente da Mesa pôs à votação a proposta de recomendação do nome de Augusto Oliveira a uma rua da Pampilhosa tendo votado contra os seguintes Deputados Municipais: Vítor Manuel Alves de Matos; abstiveram-se: Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, António Ferreira Ribeiro, Luís Filipe Tovim Ferreira, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Manuel Lindo Cardoso, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e a favor: Daniela de Melo Esteves Salgado, Bruno Manuel P. Coimbra, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, João Manuel Lima Couceiro, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho e Isabel Dias Santiago-----

A proposta de recomendação à Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor, onze abstenções e um voto contra. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa pediu a palavra, referindo que uma vez que o assunto diz respeito à freguesia da Pampilhosa, tem que intervir, entendendo que o Partido Comunista, como é hábito, com a apresentação da referida proposta passou por cima da autarquia e que no seu entender a mesma deveria ter sido apresentado no local certo que é a Assembleia de Freguesia de Pampilhosa. Referiu ainda, que na Pampilhosa existem outros nomes que já foram indicados para atribuição de nomes das ruas e serão atribuídos pela Câmara Municipal sob proposta da Junta de Freguesia. -----

COMPARÊNCIA DE DEPUTADO MUNICIPAL – O Senhor Deputado Municipal Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões compareceu na sessão às 21 horas e 40 minutos. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para pôr à votação a proposta de subscrição ao Apelo em Defesa da Escola Pública, tendo votado contra os seguintes Deputados Municipais: Bruno Manuel P. Coimbra e António Miguel de Miranda Ferreira; abstiveram-se : Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e a favor Daniela de Melo Esteves Salgado, António Ferreira Ribeiro, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, António da Silva Laranjeira, João Manuel Lima Louceiro, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes.

A Proposta foi aprovada por maioria, com treze votos a favor, doze abstenções e dois votos contra, tendo a deliberação sido aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Senhor Deputado Municipal António Miguel Ferreira pediu a palavra para apresentar uma Declaração de Voto, não por estar contra a escola pública. Referiu que se vive em Democracia há quarenta anos e em quarenta anos os níveis de alfabetização em Portugal subiram exponencialmente, foram criadas milhares e milhares de escolas, a taxa de sucesso escolar é fenomenal e a taxa de frequência do ensino universitário está ao nível dos mais desenvolvidos países europeus. Gostava de recordar que o PCP teve colaboração na defesa da escola pública, provavelmente na assembleia constituinte, nos anos setenta e cinco, setenta e seis e que posteriormente houve dois partidos que defenderam a escola pública: o Partido Social Democrata e o Partido Socialista que têm feito muito em defesa da mesma e o que se alcançou até hoje foi conquista destes dois partidos e não de outros, pelo que o papel destes já foi feito e continua a ser. -----

2) Interveio a Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, para ler a intervenção que a seguir se transcreve: -----

*“Não pode a CDU deixar de trazer a esta AM algumas reflexões acerca do ato eleitoral de 25 de maio. A primeira é a da rejeição clara das políticas deste governo. Três anos passados sob o manto do pacto de agressão que PSD, PS e CDS subscreveram, a obra de destruição do País e das condições de vida dos portugueses está à vista: mais 670 mil desempregados, 470 mil empregos destruídos, 600 mil portugueses lançados na pobreza (elevando para quase três milhões o seu número total), uma recessão superior a 6 % sem precedentes desde a 2ª Guerra Mundial, mais de 200 mil portugueses condenados a uma emigração forçada, quase 100 mil empresas liquidadas, um país mais endividado e sujeito a um serviço da dívida insustentável, entrega ao*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

*grande capital (sobretudo estrangeiro) de empresas e setores estratégicos indispensáveis ao desenvolvimento do país, destruição de serviços públicos e das funções sociais do Estado. Ao mesmo tempo, avolumam-se as desigualdades e injustiças, polariza-se a riqueza em meia dúzia de grupos económicos, oferecem-se pacotes milionários de apoio à banca e transferem-se para os bolsos dos que especulam com a dívida portuguesa os rendimentos dos trabalhadores e do povo. O caminho para o abismo económico e social trilhado pelo atual Governo e o desprezo pelos interesses do povo e do País há muito evidenciam um Governo e uma maioria isolados política e socialmente pela luta dos trabalhadores e do povo e irremediavelmente derrotados. À falta de legitimidade política de um Governo que pratica uma política fora da lei e em confronto com a Constituição da República Portuguesa, soma-se agora a ilegitimidade democrática que resulta da devastação da sua base eleitoral. A clamorosa derrota sofrida por PSD e CDS-PP nas eleições para o Parlamento Europeu do passado dia 25 de maio, representa mais uma poderosa manifestação de vontade do povo português em interromper este caminho de desastre, mostra a necessidade e a urgência de rutura com esta política de afundamento nacional e agravamento das desigualdades e injustiças que empurra o País para o desastre e compromete a sua soberania e independência.* -----

*A segunda conclusão prende-se com a elevada abstenção. Esta (superior a 66%), próxima da registada em anteriores eleições, não pode ser separada daquilo que para muitos é um sinal de desistência perante as tremendas dificuldades impostas pela política de direita ou de descrença radicada na frustração de votos dados a quem ao arrepio das promessas os usou para comprometer as suas condições de vida. Com a autoridade de quem combateu de facto esses sentimentos, a CDU apoiada no crescimento quer no concelho quer no distrito, (e queremos aqui partilhar o nosso regozijo pela eleição do 3.º candidato, Miguel Viegas, do distrito de Aveiro) deixa uma palavra de esperança a todos quantos acreditam e devem continuar a acreditar que está na sua vontade e determinação a possibilidade de vencer as dificuldades presentes. Os resultados obtidos permitem com a voz da CDU reforçada no Parlamento Europeu dar mais força à defesa dos interesses do povo, do País e do distrito contra as imposições do grande capital, das grandes potências e da União Europeia.* -----

*A terceira conclusão tem a ver com algumas situações constatadas nas mesas de voto e que advêm da reorganização dos eleitores nas várias mesas de voto das freguesias. Eleitores que sempre votaram em determinadas mesas viram-se agora deslocados para outras, incluindo de diferente freguesia, porque os cadernos eleitorais estarão, segundo julgamos saber, baseados em códigos postais que não coincidem com a organização municipal. Menos importante no último ato eleitoral, esta não deixa de ser uma questão particularmente sensível quando se trata de eleições autárquicas. Perguntamos aqui: o que poderá ser feito para corrigir tais distorções?* -----

*O avanço da CDU vem da persistência no trabalho, da ligação às populações, da coerência de atuação. Ainda há muito pouco tempo, 17 de Abril, foi*

*aprovado no Parlamento Europeu o relatório Zita Gurmai sobre “a alteração das disposições do Regimento relativas às perguntas parlamentares”, com os votos favoráveis dos deputados do PSD, do PS, do CDS e de Rui Tavares. No que àqueles partidos diz respeito, aí temos, mais uma vez, a demonstração de que, como o povo diz, são farinha do mesmo saco. Aliás, em termos da chamada “construção europeia” – como em decisivas matérias de política nacional – as diferenças são poucas, facto que, na recente campanha eleitoral, voltou a ser evidente. À falta de diferenças substantivas, a chamada “Aliança Portugal” e o PS procuraram a todo o custo simular diferenças com ataques mais ou menos históricos e com a fulanização politicamente empobrecedora das suas candidaturas. De resto, estão unidos numa integração capitalista, federalista e militarista de uma União Europeia cada vez menos democrática e cada vez mais contra os povos. -----*

*Entre as diversas alterações ao Regimento do Parlamento Europeu, destacamos a limitação ao número máximo de perguntas que cada deputado pode apresentar - cinco perguntas por mês (atualmente não existe qualquer limite). Veja-se o alcance do estratagema que melhor se percebe se tivermos em conta que, nos cinco anos anteriores, os eleitos comunistas foram os que mais intervieram no Parlamento Europeu... -----*

*Os deputados do PCP no PE, João Ferreira e Inês Zuber, rejeitaram este relatório e votaram contra as alterações aprovadas, considerando que constituem um limite grave à intervenção dos deputados junto das diversas instâncias da União Europeia. -----*

*Este instrumento – perguntas com pedido de resposta escrita – tem como função inquirir as diversas instituições europeias (Comissão Europeia, Conselho e Banco Central Europeu) sobre as políticas que estas seguem. Servem também para apresentar e questionar as instituições europeias acerca de problemas concretos com que se defrontam trabalhadores, empresas, reformados, jovens, mulheres, agricultores, pescadores, trabalhadores da cultura, entre outros, na procura de soluções para problemas que os atingem no seu dia a dia. No caso dos deputados do PCP, a maioria das perguntas feitas decorre de problemas concretos que lhes foram apresentados em centenas de visitas, encontros e debates que tiveram ao longo da legislatura. Tiveram e continuarão a ter porque só assim é possível uma política patriótica e de esquerda que retome os valores de Abril e dê cumprimento ao projeto de progresso e justiça social que a Constituição da República Portuguesa consagra. -----*

*Os eleitos da CDU -----  
Isabel Lemos, João Louceiro”-----*

3) Interveio o Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, para referir que há uns meses atrás foi entregue aos membros da Assembleia uma folha com a calendarização das sessões e a de Junho não estava marcada para o dia 13. Apesar de considerar ser óbvio que a Mesa tem competência para marcar, havendo um documento com a indicação das datas, as pessoas programam as suas vidas em função do mesmo, solicitando que não sendo possível cumprir

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

com o calendário, seria importante que fossem consultados os representantes dos grupos municipais da Assembleia para encontrar uma data. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para esclarecer que o calendário entregue no início do ano foi apenas uma previsão meramente indicativa, sendo feitos os possíveis para o cumprir e respeitar, mas não se tratava de uma notificação, pois se assim fosse não seria necessário enviar a notificação para as sessões ao longo do ano. Mais esclareceu que relativamente à sessão de Junho houve circunstâncias posteriores (à previsão inicial), relacionadas com incompatibilidades de datas com o Executivo que tornaram necessária a referida alteração. No entanto, a notificação respeitou a antecedência legal.-----  
E não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

## **1 – ACTA Nº 4 – SESSÃO DE 24 DE ABRIL DE 2014:** -----

Interveio a Senhora Presidente da Mesa para questionar se alguém queria apresentar alguma sugestão de correcção à Acta n.º 4 da sessão de 24 de Abril de 2014. -----

1) Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro e após um elogio ao trabalho difícil da funcionária que elabora as atas que apesar de não terem que reproduzir integralmente aquilo que é dito, devem reproduzir o essencial, tendo duas proposta de alteração relativamente a declarações proferidas e que não constam da mesma: -----

-O Senhor Presidente da Câmara a propósito da Moção que a CDU colocou à votação na Assembleia contra o encerramento dos serviços de finanças afirmou que parte delas estão antiquadas, estão velhas e daí se extrai que não servem. Esta questão não parece ser de menor importância na discussão por entender tratar-se de um aspecto politicamente importante, e por isso, as referidas declarações devem constar da acta. -----

- O exemplo dado pelo Senhor Deputado Municipal Manuel Jacinto na discussão do Regulamento das Bolsas de Mérito, de um colega de curso a quem unanimemente era reconhecido o mérito em termos de resultados académicos e não foi preciso atribuir um prémio, sendo até alguém com boa situação económica e social. -----

2) O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão interveio para propor a seguinte alteração à acta n.º 4, de 24/04/2014: o que consta “ 3) O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão interveio referindo que já na sessão de Dezembro de 2013 solicitou que os documentos enviados por “e-mail” não fossem digitalizados em “pdf”, mas transformados noutra tipo de documento, pois, para além para de os tornar mais pesados, alguns são imperceptíveis. Assim, mais uma vez solicitou que os serviços, em conjunto com os técnicos de informática da Câmara, encontrassem uma alternativa para o envio dos documentos para facilitar o trabalho dos deputados municipais”, deve constar: “ 3) O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão interveio referindo que já na sessão de Dezembro de 2013 solicitou que os documentos enviados por “e-mail” não fossem os documentos impressos digitalizados em “pdf”, mas que se opte pela transformação directa em “pdf” sem se imprimir, pois, na situação actual chegam-nos-mais pesados e alguns são imperceptíveis. Assim, mais uma vez

*solicitou que os serviços, em conjunto com os técnicos de informática da Câmara, encontrassem uma alternativa para o envio dos documentos para facilitar o trabalho dos deputados municipais.* -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação as três propostas de alteração à acta. -----

Para a primeira alteração proposta pelo Senhor Deputado Municipal João Louceiro, votaram contra : Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Amorim da Silva, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António da Silva Laranjeira, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se: Bruno Manuel P. Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso e João Carlos Ferreira dos Santos e a favor: Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, António Miguel de Miranda Ferreira, João Manuel Lima Louceiro, Luís Miguel Pereira Brandão, Isabel Dias Santiago. -----

A proposta foi rejeitada por maioria, com catorze votos contra, cinco abstenções e oito votos a favor, tendo a deliberação sido aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Para a segunda alteração proposta pelo Senhor Deputado João Louceiro, votaram contra: Daniela de Melo Esteves Salgado, Manuel Amorim da Silva, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António da Silva Laranjeira, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Claudemiro Manuel Jesus Semedo; abstiveram-se: Maria Clara Luxo Correia, Isabel Dias Santiago, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e a favor: Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Bruno Manuel P. Coimbra, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, António Miguel de Miranda Ferreira, João Manuel Lima Louceiro, Luís Miguel Pereira Brandão. -----

A segunda alteração proposta foi rejeitada por maioria, com oito votos a favor, doze votos contra e sete abstenções, tendo a deliberação sido aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Para a terceira alteração, proposta pelo Senhor Deputado Luís Brandão, abstiveram-se: Maria Clara Luxo Correia, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes e votaram a favor Daniela de Melo Esteves Salgado, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Luís Filipe Tovim



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, João Manuel Lima Louceiro, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, e Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis. -----

A terceira alteração proposta foi aprovada, por maioria, com vinte votos a favor e sete abstenções, tendo a deliberação sido aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Acta, com a alteração apresentada pelo Senhor Luís Brandão e aprovada por maioria. -----

Abstiveram-se: Maria Clara Luxo Correia, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e João Manuel Lima Louceiro e votaram a favor: Daniela de Melo Esteves Salgado, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, e Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

A Acta n.º 4 da Sessão Ordinária de 24 de Abril de 2014, foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e três abstenções. -----

## **2 - INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

1) O Senhor Presidente da Câmara referiu, relativamente à intervenção do Senhor Deputado Municipal João Louceiro sobre a escola pública, que segundo informação das autoridades regionais de educação, nenhuma escola fecharia no concelho da Mealhada. A informação não impedia a defesa da escola pública, mas era uma boa notícia. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Municipal Luís Brandão referiu que a responsabilidade da alteração da data da sessão de Junho foi da responsabilidade do Presidente da Câmara que solicitou à Senhora Presidente da Assembleia a alteração da data, uma vez que nem o Presidente da Câmara, nem o Senhor Vice-Presidente estariam presentes no final do mês de Junho. O calendário é indicativo e não vinculativo, pois o Executivo pode ter necessidade de solicitar à Senhora Presidente a alteração da data e tem esse poder previsto na lei. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a Informação enviada à Assembleia Municipal, não incluía as obras em curso, atendendo à necessidade de antecipar a convocatória da assembleia municipal e os serviços estarem preparados para a elaboração da informação para a data que estava previamente marcada, pelo que oportunamente seria enviada. Foram feitas referências às obras em curso, à elaboração de pequenos projectos para obras incluídas no Plano de Actividades e ao Orçamento. Quanto a fundos comunitários, esclareceu que, segundo informação, para as autarquias locais os fundos seriam encaminhados para o domínio social, do insucesso escolar, do abandono escolar, o que registou com agrado, porque mais importante do que fazer uma estrada, mais um muro ou um edifício, era saber a realidade social, perceber os problemas sociais do Município da Mealhada. Estavam a decorrer obras no Luso, no campo de futebol sintético, estava a ser desenvolvido o projecto dos balneários no Luso, e estava em fase de estudo, para posterior lançamento do concurso para dois mercados municipais com elaboração de um programa para posterior encomenda dos projetos que poderão ser integrados em apoios comunitários. Referiu ainda que já estava concluído o projecto da adutora para a Antes, e em Casal Comba, na Rua do Passal, estava quase concluído. Acrescentou que estavam presentes a Senhora Chefe da Divisão Financeira e a Dra. Susana Cabral, quanto à informação financeira, e prestariam os esclarecimentos sobre qualquer questão financeira. -----

2) Interveio o Senhor Deputado Municipal Luís Brandão para questionar sobre as obras em curso no Luso; sobre o orçamento participativo, e, ainda referiu que foram realizadas três Assembleias e, em duas delas, verificou nas informações recebidas que duas entidades a quem a Câmara Municipal devia dinheiro temporariamente, pois a Câmara é boa pagadora, eram IPSS's e se as facturas das IPSS's foram entregues deveriam ser logo pagas, atendendo às dificuldades dessas entidades. -----

3) O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Luís Brandão esclarecendo que as obras no Luso eram para acabar o mais depressa possível, mas a obra estava a decorrer no prazo em que foi adjudicada e que terminaria em finais de Agosto. Quanto à terceira fase da requalificação do Luso, ainda não havia projecto para a zona da farmácia Balau. Quanto ao Orçamento Participativo na próxima segunda-feira, na reunião da Câmara Municipal, seria feita a apresentação da plataforma informática desenvolvida para o efeito. Já tinha sido feita uma reunião conjunta com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, no passado dia doze, para serem marcadas assembleias participativas das quais seria dada publicidade. De acordo com o calendário previamente fixado, no final do ano, o orçamento estaria devidamente elaborado, com as assembleias participativas realizadas, com as formações dadas aos funcionários das Juntas de Freguesia para auxiliar as pessoas sem meios informáticos e feita a divulgação no "site" e nas redes sociais para que todo o cidadão pudesse colaborar. Sobre as IPSS's, as mesmas fornecem refeições nas escolas, havendo débitos todos os meses e a Câmara vai pagando à medida que os documentos vão chegando. O

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Chefe da Divisão Financeira que esclareceu que não há atrasos nos pagamentos, mas o mapa enviado com a Informação para a assembleia era elaborado no dia em que era distribuído pelos senhores membros da assembleia, podendo coincidir com a entrada do documento nos serviços de contabilidade. Após a sua conferência é que é pago, o que significava que naquele momento a factura da IPSS já poderia estar paga. -----

4) Interveio a Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, para colocar as questões que a seguir se transcrevem: -----

*“1. Em que ponto está a substituição do teto de amianto e a melhoria geral das condições de trabalho nos estaleiros municipais. Quando em fevereiro levantámos a questão na sequência da visita efetuada por vários eleitos da CDU (nesta AM e na JF), foi referido que tudo estava em vias de ser resolvido, pelo menos nas partes mais degradadas. O que foi feito nestes quatro meses?*

*2. Os eleitos da CDU estiveram presentes recentemente num debate organizado pela União dos Sindicatos de Coimbra no porto da Figueira da Foz sobre os IEVA (Infraestruturas de elevado valor acrescentado), particularmente acerca do porto da FF e da reativação da Linha da Beira Alta. Exatamente é disso que se trata no mapa ferroviário do país. Infelizmente não encontrámos lá ninguém do executivo camarário, apesar de termos a certeza de ter sido convidado... Não queremos tirar ilações desta ausência, apesar da ênfase exclusiva colocada pelo Sr. Presidente na última reunião da AM na requalificação da ligação Coimbra – Alfarelos... Também na “sessão de esclarecimento” realizada pela CM, há dias, na Pampilhosa, não foi feita qualquer referência à linha Pampilhosa-Figueira. Será que estamos perante o assumido baixar dos braços relativamente à luta pela reabertura da linha? Aquilo a que, não inocentemente, a partir de certa altura se passou a chamar “ramal” da Pampilhosa é precisamente o início da linha da Beira Alta cuja finalidade é a de ligar a F.F à Guarda e Espanha e demais destinos europeus. Autarcas dos municípios com real interesse na recuperação da ligação FF – Pampilhosa foram expondo as suas preocupações. Confirma-se a conclusão do debate promovido pela AMM onde aquela estrutura ferroviária foi identificada como de relevante importância para a região e para o país. É neste contexto que a CDU gostaria de saber qual foi o parecer e as propostas apresentadas pela CMM na fase de discussão pública do relatório dos IEVA que decorreu durante os meses de fevereiro e março e que na região centro teve sessão de apresentação pública de propostas em 13 de fevereiro. Sabemos que a equipa que fez o estudo – como sucede nestas coisas de estudos “independentes”, balizada pelos pressupostos de quem os encomenda, com vista a resultarem as conclusões pretendidas... – não refletiu sobre a linha que governos do PS e do PSD deixaram degradar para a seguir matar. Queremos, no entanto, saber qual foram os contributos dados pela CMM, designadamente, com vista àquela que deve voltar a ser uma importante infraestrutura com passagem no nosso concelho. -----*

*3. É crescente o mal estar dos munícipes face ao aumento das contas do gás, advindo do aumento da taxa de ocupação de subsolos como consequência de*

*não ter sido paga pela empresa à CMM em devido tempo. A CDU, através do JM tomou conhecimento da carta enviada por V.Ex<sup>a</sup> ao presidente da ERSE, não sabemos em que data e se já há uma resposta... Parece-nos que seria de solicitar o apoio de outras instituições, ANMP, AR, DECO, Provedor de Justiça, no sentido de minorar o impacte junto dos munícipes; estes não podem ser vítimas de um processo judicial que se arrastou... estes não podem pagar em retroativo. -----*

*4. Por que razão não são rapidamente finalizados os arruamentos que possibilitem um acesso adequado ao Lar de Casal Comba? Segundo as informações recolhidas, apenas esse facto impossibilita o início do funcionamento de uma instituição que tão importante é para a freguesia e para o concelho. -----*

*5. Chamamos também a atenção para a importância de reabilitar por completo o chafariz, junto ao Parque da Cidade e a Estrada Nacional n.º1. A este propósito, aproveitando também a presença do sr. presidente da junta de freguesia de Casal Comba, gostávamos de levantar uma questão que nos foi colocada na Silvã. Há ali uma fonte que, mantendo lá a roda de tirar água, está desativada. Quem falou connosco mostrou o desagrado pelo facto, defendendo que, mesmo que não fosse para consumo humano, a água deveria estar disponível para outras utilizações. Que informações poderão ser dadas e que possibilidades de reactivar a fonte existem? -----*

*6. Lembramos aqui o compromisso e o interesse de se iniciar e instalação de um relvado sintético no campo de futebol de Antes. Se bem nos lembramos, foi também uma promessa eleitoral do Partido Socialista, nas últimas eleições autárquicas. Em que fase está este processo? -----*

*7. A estrada para a Cruz Alta continua exatamente na mesma... para quando a sua reabilitação? Qual o ponto da situação no que se refere à Fonte de S. João, no Luso? -----*

*8. Seria importante que houvesse um maior esforço na publicitação, designadamente junto do concelho de Coimbra do que acontece no dia a dia do concelho e não apenas nos acontecimentos muito marcados. -----*

*9. Para finalizar, chamamos mais uma vez para o perigo que apresentam algumas habitações degradadas que, acreditamos, já estão identificadas pela CMM. Este assunto voltou, justamente, à baila na “sessão de esclarecimento” da CM realizada na Pampilhosa, sendo matéria preocupante em todo o concelho. Na nossa opinião, deve o executivo camarário notificar os respetivos proprietários para evitar riscos, conscientizar as populações para a necessidade de manter o património em boas condições de segurança e para que, se acontecer algo mais grave, a responsabilidade não venha a ser sacada à CMM. Para além disso, já ouvimos o desalento do sr. presidente da Câmara relativo à inexistência de fundos comunitários que servissem para a reabilitação urbana no concelho. Os que existem estão muito dirigidos a projetos que envolvem questões de eficácia energética e utilização de energias renováveis. Mas todos sabemos que a reabilitação urbana foi aspeto importante nos programas eleitorais de todas as candidaturas às últimas autárquicas. Foi-o também na candidatura do PS. Cremos que, apesar do desalento em relação*

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

*às verbas comunitárias, não deve ser uma promessa eleitoral a cair no esquecimento, pelo que a CMM tem obrigação de encontrar formas de começar a dar alguns passos no sentido da reabilitação urbana. -----*

*Os eleitos da CDU -----*

*Maria Isabel Lemos, João Louceiro” -----*

5) O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos referindo que foi adjudicada a reposição parcial da cobertura do telhado de amianto dos estaleiros municipais, na zona da parte da mecânica e serralharia, sendo impraticável tirar toda a cobertura. A seu tempo e de acordo com as possibilidades financeiras seria substituída a restante área, de maneira a não causar inconvenientes para as pessoas, pois falou com especialistas na matéria que informaram ser mais perigoso quando se tira o amianto do que quando está fixado. A perigosidade do amianto resulta do facto de ser retirado, e uma das soluções seria “sandwichar” o amianto entre placas para evitar que se esfarele. Relativamente à questão colocada sobre o porto da Figueira da Foz e IEVA, em reuniões da Comunidade Intermunicipal foram discutidos os processos de como o Governo chegou relativamente à beneficiação da Linha da Beira Alta desde a Pampilhosa até à fronteira. A CP-REFER privilegiou as mercadorias que vinham do porto da Figueira da Foz-Alfarelos e Alfarelos-Linha do Norte. Linha do Norte e Linha da Beira Alta foi uma decisão política assumida e foi feita a opção das celulosas. Os presidentes das câmaras daquela região têm a ideia de transformar o espaço entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz numa ecovia. A REFER não tem nenhuma intenção, nem o Governo dará um cêntimo, para recuperar, o que a Senhora Deputada Municipal chama de ramal da Figueira da Foz. O que a REFER tem de fazer no domínio ferroviário foi estabelecido pelo Governo. A opção das celulosas leva a que as mercadorias venham de Alfarelos e contra isso a Câmara Municipal é impotente. A Câmara Municipal, pelo menos desde Outubro de 2013, nunca foi convidada a apresentar propostas no seio do IEVA. Quanto à questão colocada sobre as contas de gás e ERSE, o Executivo já apresentou a explicação do aumento da conta do gás. Trata-se de uma dívida de nove anos que não pode ser recuperada em três. A dívida da Lusitâniagas foi acumulada desde 2005 a 2014. Em Tribunal a Câmara Municipal ganhou os processos, pois o Tribunal Administrativo considerou que a empresa teria de pagar a dívida. A ERSE, a pedido da Lusitâniagas, e depois duma decisão do Conselho de Ministros que permitia este repasse, fixou um prazo de três anos e, possivelmente, foi esse o prazo pedido da Lusitâniagas. A Entidade Reguladora errou, pois devia ter dado o mesmo prazo da dívida e em nove anos os consumidores pagariam a mesma dívida mas de maneira mais acessível. A única entidade que pode fazer alguma coisa para minorar o esforço das empresas e consumidores domésticos é a ERSE. Mesmo que o Governo quisesse intervir, deparava-se com o contrato de concessão. Referiu ainda que a Deco também estava informada da situação. Sobre a questão colocada do chafariz, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de freguesia de Casal Comba que referiu que o chafariz da Silvã é conhecido por

Poço da Rua. Não é chafariz porque o que existia era uma bomba de roda que se encontrava colocada numa bifurcação das duas ruas do campo de futebol. Foi melhorada e construiu-se uma pérgula para protecção. A questão colocada pela CDU foi tratado entre uma munícipe e a Junta de Freguesia, pois a senhora como não tinha água no quintal queria que a Junta de Freguesia pedisse a ligação eléctrica para instalação de um motor para poder regar mas o poço está tapado e pode ser utilizado tirando água com uma mangueira. -----  
O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para continuar a responder às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos. -----

Relativamente ao relvado sintético do campo de futebol da Antes o Senhor Presidente esclareceu que nunca fez tal promessa, nem consta do programa eleitoral do Partido Socialista. Houve uma reunião conjunta com os senhores dirigentes e a Comissão Administrativa do Centro Recreativo da Antes e nessa ocasião referiu que, um dia, talvez isso pudesse acontecer, mas sem promessas. Se o Executivo Municipal vier a considerar como um objectivo prioritário da política do executivo, o assunto será analisado. Quanto aos fundos comunitários para a reabilitação urbana era intenção da Câmara Municipal pedir à Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística para realizar uma sessão de esclarecimento sobre o licenciamento “low coast”. Trata-se de uma lei que permitirá a intervenção no património construído, com mais de trinta anos, numa maneira mais facilitada no ponto de vista das obrigatoriedades legais e com menos custos. A Câmara Municipal, em conjunto com os técnicos, poderá realizar reuniões para apresentação do licenciamento “low coast” associado ao programa PIRPEC que será reformulado, para permitir a recuperação de algum património construído. É uma questão diferente dos apoios comunitários, ao nível de investimentos integrados, ao nível de um programa nacional, que possam trazer alguns milhões de euros que permitam que cada o Município consiga uma fatia para projectos de recuperação. Ao contrário do que a Senhora Deputada referiu, não é desalento, mas é o reconhecimento que o Governo faz certas opções e o Município tem que as aceitar, apesar de ter uma visão diferente. -----

Quanto à publicitação dos espetáculos, junto do concelho de Coimbra, alguma coisa terá de ser feita, porque a maioria das pessoas que assistem são de Coimbra. Será um bom tema para analisar a política cultural. Segundo o último relatório da técnica responsável pelo sector, apontava para um défice de exploração do cinema de cerca de noventa mil euros. Na maior parte dos espetáculos com bilhetes a pagar, os habitantes da Mealhada são cerca de dez a quinze por cento, existindo um défice de utilização por parte da população da Mealhada. O município da Mealhada gasta dinheiro em espetáculos para pessoas de fora do Concelho. A informação existe no “site” da Câmara Municipal, dos “muppis”, da imprensa, da Agenda Cultural e do Boletim Municipal, não havendo pouca informação. O Senhor Presidente da Câmara considera que seria de apostar nas associações culturais que se dedicam ao teatro, música e outras actividades de interesse local, pois tem a ideia de que a população do concelho da Mealhada reage mal ao que vem de

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

fora e reage bem ao que é local. Relativamente à Fonte de São João houve problemas e houve uma intervenção de higienização, estando óptimas, naquele momento, as análises da água. Referiu ainda o Senhor Presidente que naquela data tinha sido assinado o despacho para lançamento do concurso para a reposição do pavimento na Cruz Alta, não sendo necessário concurso público, atendendo ao valor da obra, e que será feita por ajuste directo, com consulta a seis empresas. -----

6) Interveio o Senhor Deputado Municipal João Louceiro referindo que as questões dos espectáculos são interessantes e merecem discussão. Acrescentou que gostaria de chamar a atenção para a mobilidade no Município e para a possibilidade de existir um sistema de transporte intermunicipal de ligação das freguesias à sede do Município. Referiu ainda a aprovação por parte do Governo, do programa Porta à Porta que com todas as virtudes e defeitos poderia ser analisado. Teve conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal esteve presente numa reunião da comunidade intermunicipal, solicitou informações sobre a plataforma rodoferroviária que a REFER desincentiva completamente e sobre a privatização da EGF, perguntou se podia ter alguma implicação no Concelho da Mealhada. Acrescentou que o orçamento participativo e a ideia das reuniões para esse efeito são importantes mas deveria ser bem acompanhada e não deverá ficar ao serviço de interesses mais ou menos organizados. Na reunião realizada na Pampilhosa ouviu que “em vez de serem os leitos locais a determinarem o orçamento serão vocês”, contudo, o orçamento participativo é apenas uma pequena verba relativamente ao orçamento, não devendo ser criadas ilusões sobre o assunto e que não devia ser alimentada a ideia que são as pessoas a decidir e não os eleitos, pois, pode resultar numa coisa populista. -----

7) O Senhor Presidente interveio para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal João Louceiro e sobre a mobilidade referiu que o programa Porta à Porta se refere à mobilidade das populações, sobretudo nos concelhos chamados de baixa densidade, sendo certo que não conhece nenhum documento formal, nenhuma publicação, mas apenas as notícias de jornais e quando for oficial analisará o assunto. Relativamente à reunião da CIM esclareceu que anteriormente foi posta a hipótese da existência de uma rede ferroviária nova entre o Porto de Aveiro, que passaria por Viseu, tomaria a linha da Beira Alta e seguiria até à fronteira, sendo este um projecto defendido pela associação empresarial que esteve presente na reunião, como sendo estruturante da rede ferroviária no País, mas o Governo não aceitou e preferiu a recuperação da Linha da Beira Alta. As questões sobre a ligação Figueira da Foz - Pampilhosa foram passadas em revista pelo Presidente da CIM referindo que é um processo terminado. Sobre a privatização da EGF, a Câmara Municipal respondeu a uma carta do Senhor Ministro, onde era indicado o valor de cada acção que o Município tem na ERSUC. A EGF é acionista de vários sistemas intermunicipais e um deles é a ERSUC e com a privatização do capital da EGF significa também que serão privatizados os contratos de concessão. Existem acções do Tipo A e do Tipo B, e as do tipo A, que agora querem privatizar, só podem pertencer a entes públicos, conforme está escrito

no contrato que existe na Câmara Municipal. A ANMP conseguiu pareceres jurídicos que levam a crer que há matéria para provável impugnação da privatização. A Câmara Municipal não decidiu nada sobre o assunto e a única coisa que fez foi responder que não estava vendedora das suas acções na ERSUC e que, eventualmente, poderia exercer o seu direito de preferência sobre algumas partes do capital que ficassem disponíveis. Quanto à possível impugnação da privatização ou providência cautelar, como alguns municípios já fizeram, a Câmara Municipal não tomou nenhuma deliberação sobre o assunto e a ANMP é contra a privatização da EGF. Quanto ao Orçamento Participativo, referiu que o Orçamento não é para ser discutido no Orçamento Participativo o que é decidido no Orçamento Participativo é a parcela do Orçamento que o Município decidir. A Câmara Municipal aprovou um princípio de Regulamento do Orçamento Participativo onde já tinha uma dotação para 2015 que foi fixada em 500.000 Euros, que parecendo muito pouco é mais do que o município de Lisboa dedica ao seu orçamento participativo. A plataforma está criada, será apresentada aos membros do Executivo, posteriormente, à Assembleia Municipal, também será dada formação aos senhores funcionários das Juntas de Freguesia para articular todo o processo e por em prática uma boa ideia que faz parte de um programa que defendeu nas eleições como democracia participativa. -----

8) O Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra, pediu a palavra, para fazer uma referência à condução dos trabalhos desta sessão, referindo que a CDU usou da palavra diversas vezes, e não querendo fazer a análise do conteúdo das intervenções, desde a análise das eleições europeias, a empresas que não pagam impostos, a defesa da escola pública, a taxa do subsolo, com um conjunto de dados que é difícil descrever, mas que se compreende pelos resultados de eleições após eleições tem vindo a ter. Questionou o tempo utilizado, pois todos têm direito a usar da sua palavra, devendo a Mesa cuidar da condução dos trabalhos devendo haver o cuidado de sintetizar as intervenções de uma forma mais profícua. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente sobre os transportes acrescentou que se verifica que está disposto a discutir o assunto tendo a CDU apresentado uma proposta como sendo da sua autoria mas não foram os primeiros, pois nas últimas eleições a coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada também o fez. Quanto aos fundos comunitários deverá ser explorada a questão da eficiência energética pois os parâmetros exigidos para o concurso ao fundo comunitário não são muito exigentes. Relativamente à reabilitação “low coast” não agradeceu as palavras do Senhor Presidente, pois teve intervenção na condução do processo que não agrada a toda a gente e tem falhas. O investimento na cultura no concelho da Mealhada é fundamental e deverá continuar a fazer-se. Teve alguma dificuldade em ouvir a intervenção do Senhor Presidente da Câmara sobre a taxa de subsolo. Relativamente às privatizações ficaria preocupado com a privatização da Empresa Geral de Fomento se ela não tivesse sido precedida dos processos legislativos, pois houve a factura detalhada, o regime contraordenacional do tarifário e os estatutos da ERSAR que vem resolver um conjunto de questões que têm a ver com a independência



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

dessa entidade reguladora e com a sua capacidade de intervenção, nomeadamente em relação aos quadros. Concluiu a sua intervenção, solicitando mais uma vez, a intervenção da Senhora Presidente da Mesa na agilização da condução dos trabalhos. -----

A Senhora Presidente da Mesa respondeu ao Senhor Deputado Municipal Bruno Coimbra referindo que de facto naquela Assembleia os trabalhos foram conduzidos com alguma flexibilidade, sendo certo que assim não fosse o Senhor Deputado não teria tido a oportunidade de intervir, uma vez que não se inscreveu na altura devida, dando razão à referência à condução dos trabalhos, atendendo a que foram feitas intervenções extensas que provocam o atraso dos mesmos. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se mais alguém queria usar da palavra sobre este ponto e não havendo quaisquer intervenções deu início ao ponto seguinte. -----

### **3 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO CONCELHO CONSULTIVO DO HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO, DE ANADIA:** -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria apresentar alguma proposta tendo sido entregue a que a seguir se transcreve: -----

-----*JUNTOS PELO CONCELHO DA MEALHADA*-----

-----*Grupo Municipal Assembleia Municipal de Mealhada*-----

*LISTA CANDIDATA PARA REPRESENTANTE NO CONSELHO CONSULTIVO DO HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO* -----

*O Grupo Municipal "Juntos pelo Concelho da Mealhada" (GM JpCM) indica no âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos da presente sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mealhada: "Eleição do representante do Município no Conselho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia", o deputado municipal: Manuel Jacinto Silva* -----

*Mealhada, 13 de Junho de 2014* -----

*Os elementos do GM JcCM (assinaturas)* -----

Não tendo sido apresentada mais nenhuma proposta a Senhora Presidente da Mesa colocou-a a votação, por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor e um voto em branco, a eleição do Senhor Deputado Municipal Manuel Jacinto Gaspar Silva como representante do Município no Concelho Consultivo do Hospital José Luciano de Castro, de Anadia. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

### **4 – AREAC – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO CENTRO - ADESÃO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre este ponto da Ordem de Trabalhos e não havendo ninguém deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez, passou ao Senhor Vereador

José Calhoa atendendo a que é o responsável pelo pelouro ligado à iluminação pública. -----

O Senhor Vereador José Calhoa referiu que atendendo à necessidade de poupar tem que se transformar os equipamentos numa lógica de racionalidade e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade dos mesmos. Esta Agência foi criada por um conjunto de municípios, tem uma série de programas e tem obtido alguns resultados. Atendendo as infraestruturas existentes, a iluminação pública e as piscinas, torna-se difícil cada município suportar isoladamente os custos energéticos, devendo os investimentos ser feitos em conjunto. Assim, o pedido de adesão à agência será um incentivo à consolidação do grupo de municípios aderentes e terá a aprovação do próximo quadro comunitário numa lógica intermunicipal e não individual. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou este ponto da Ordem de Trabalhos à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

#### **5 – RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL – PROPOSTA N.º 08/2014:**

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre este ponto da Ordem de Trabalhos e não havendo ninguém deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez uma breve explicação sobre a necessidade de recrutamento excepcional de pessoal. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou este ponto da Ordem de Trabalhos à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

#### **6 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE MÉRITO A ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO:** -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre este ponto da Ordem de Trabalhos e não havendo ninguém deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que por sua vez passou ao Senhor Vice-Presidente, atendendo a que tem o pelouro da Educação. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que foi elaborada a versão final do Regulamento, de acordo com as sugestões feitas na última sessão da Assembleia Municipal, relacionadas com o método de desempate. -----

O Senhor Deputado Municipal João Louceiro apresentou, por escrito, a posição dos deputados municipais sobre o assunto e que a seguir se transcreve: -----

*“Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Mérito a alunos do ensino Secundário* -----

. Contexto em que surge esta moda: -----

- o senso comum, a ligeireza, é o caldo em que singram políticas regressivas; --  
- o senso comum é um quadro ideológico construído para legitimar através da opinião superficial, da moda, do que está a dar, da vulgaridade, políticas como

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

*as que hoje destroem o país, comprometem a coesão social e preparam um futuro de selvajaria para as novas gerações; -----*

- tratar coisas sérias, coisas com graves consequências sociais e políticas, coisas que terão reflexos negativos que não estão a ser cuidadosamente ponderados, é um comportamento político deplorável; -----*
- o senso comum afeiçoou-se a tudo o que seja concursos e competições, do "Preço Certo", ao "Melhor do Mundo", até às competições do alegado mérito escolar; -----*
- o concelho da Mealhada, a sua autarquia, não tem e não deve embarcar neste comboio! -----*

*. Vem isto a propósito do concurso que a CMM quer realizar com prémios pecuniários a atribuir aos alunos que tenham melhores notas... -----*

- já agora, convém dizer que o documento que hoje aqui se pretende votar contém um lapso, já que não visa apenas o ensino secundário; -----*
- isto é, vamos votar algo que não é o que se anuncia; -----*
- a propósito disto, ainda uma outra observação relativa a um aspecto que consideramos incoerente, mesmo na lógica dos proponentes do regimento em apreciação; -----*
- a exclusão de alunos que não residam no concelho ou que, residindo, não o façam há, pelo menos, três anos... -----*
- impõe-se uma pergunta: se os senhores entendem que é por este injusto processo que se valoriza o mérito escolar, como justificam o afastamento de alunos cujas famílias optaram por frequentar as escolas do concelho?-----*
- em vez valorizarem a opção pelo concelho da Mealhada, castigam-na? -----*
- o mérito dos residentes, medido pelas notas, na vossa empobrecedora noção de mérito, é mérito, mas o dos não residentes já não deverá ser reconhecido e valorizado como tal? -----*
- mas o que é isto?! -----*
- muitas famílias do nosso concelho trabalham em concelhos limítrofes... optaram ou tiveram de optar por matricular os seus filhos nas escolas das localidades onde labutam; -----*
- os senhores aceitam que, por muito mérito que aí indiciem os seus resultados escolar, as nossas crianças e jovens a frequentar escolas de outros concelhos se vissem diminuídos em relação aos outros?! -----*
- o mérito que vêem exclusivamente em resultados escolares deixa de o ser por motivos de residência?! -----*
- os prémios que pretendem criar não são éticos nem justos mas, como se vê, a regulamentação que propõem consegue tornar isso ainda pior! -----*

*. Vamos votar um regulamento que tem um objecto que não coincide com a sua designação; -----*

- mas o mais grave não é isso; -----*
- o grave é que a intenção assenta numa condenável ligeireza de análise; -----*

*-"aceitarmos que a competição é a prova inquestionável que conduz inelutavelmente à qualidade", como dizia David Rodrigues, presidente da Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, em artigo intitulado "A pobreza da competição", é um erro; -----*

- esta Assembleia não perderia em conhecer esse texto; -----  
- parece-nos mais do que um erro, até: é uma opção política - sim, é disso que falamos - que, de forma mais ou menos consciente, contribui para justificar e alimentar as desigualdades que nada têm a ver com o mérito mas, na prática, com a estratificação social; -----  
- David Rodrigues lembra outras coisas: -----  
- que "a cooperação é mais chave do progresso do que a competição" -----  
- que "[a] competição rarissimamente é uma verdadeira competição. Quase sempre a posição final dos competidores poderia já ser prevista no princípio do processo", uma das ideias que já tentámos transmitir nesta discussão; -----  
- e pergunta algo que nos deve interpelar antes da decisão: "quais são os custos sociais de uma ínfima minoria de vencedores e uma esmagadora maioria de perdedores?". -----  
. De forma mais ou menos consciente, há uma visão política por trás desta intenção: -----  
- na análise feita pela OCDE aos resultados do PISA 2012, publicada em Fevereiro transacto, há uma conclusão muito útil para o que aqui tratamos; ----  
- "são sobretudo os filhos das famílias com empregos mais qualificados e por isso com mais recursos económicos que conseguem melhores resultados"; ----  
- lapidar! -----  
- e nem vale a pena lembrar que a OCDE não é propriamente uma "perigosa" organização marxista... -----  
. Ouvimos em sessões anteriores alguns argumentos para justificar a realização de um concurso de alegado mérito escolar; -----  
- não nos levem a mal por acusarmos a sua confrangedora superficialidade; ----  
- é mais o senso comum, a fé cega em ideias de mercado e a aceitação da ordem social vigente entre ricos e pobres, do que a razão, o que fala nesses argumentos; -----  
- não basta que o sr. presidente da Câmara tenha concluído um curso superior apesar de não ter vivido facilidades na sua juventude, o que é meritório; -----  
- no entanto, pelo que percebemos do relato, se fosse ao concurso que agora quer implementar, nunca veria reconhecido o seu mérito, tanto maior que o realizou sem as condições e facilidades que outros, ao tempo, tinham; -----  
- sistemas tão segregadores como a escola do antes do 25 de Abril, sempre iam tendo as suas excepções à regra, mas com iniciativas como a que a CMM quer levar para a frente, não basta descansarmos nas excepções: temos de cuidar da regra e das suas consequências; -----  
- não basta esgravatar exemplos: é preciso sopesar as dimensões políticas e sociológicas do que aqui se pretende fazer; -----  
- ouvimos também o sr. vereador Guilherme Duarte dizer que não é por causa das condições económicas que as pessoas são maus alunos; -----  
- pois, mas como o sr. vereador tão bem conhece da sua profissão, lá que isso conta, conta... e de que maneira! -----  
- o sr. vereador concluiu mesmo - está na acta! - que os melhores alunos da Escola Secundária pertencem a famílias carenciadas... -----

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

- não pondo em causa a sua palavra, temos de duvidar da conclusão que apresentou; -----
- e mais: gostaríamos que o sr. vereador apresentasse aqui o estudo que fez desses dados e não, apenas, a conclusão que enunciou, sublinhando desde já, que, mesmo que, temporariamente, a Escola Secundária fosse uma excepção nesse campo, não estava definitivamente demonstrada a imparcialidade e a virtude do concurso proposto; -----
- mas não deve ser bem assim... relembrem-se da lapidar conclusão da OCDE a propósito do PISA; -----
- a hipótese do mérito independente do estatuto social e económico sempre foi um argumento das classes dominantes para convencerem as outras do seu domínio; -----
- e ainda os argumentos da sr.<sup>a</sup> deputada Ana Varela acusando a CDU de querer baralhar os méritos... -----
- não é a CDU que quer baralhar os méritos! -----
- o que há aqui é uma noção insuficiente, redutora e politicamente injusta do que é o mérito, uma visão tendenciosa e simplista... -----
- a título de exemplo: -----
- um aluno que, felizmente para ele, dispõe de óptimas condições de vida, um contexto familiar que estimula e valoriza a sua vida escolar; tem apoios: o apoio dos pais, o apoio de explicações, o apoio de outras actividades que os pais, felizmente, também podem pagar; tem uma boa biblioteca em casa, tv por cabo, computador e internet, viaja... e tem, felizmente, bons resultados académicos... -----
- outro aluno que, infelizmente, nada disso tem, que até tem de ajudar os pais na magra sobrevivência mas que, mesmo assim, consegue realizar o seu percurso escolar com um enorme esforço, obtendo resultados razoáveis ou, até, um pouco melhores... -----
- que sentido faz estabelecer uma competição por um prémio pecuniário ou não, entre eles, com base nas notas do final do período e dos exames nacionais? -----
- já agora, qual dos dois tem mérito, qual deles não o tem? -----
- . Refugiam-se os autores desta proposta de regulamento na Lei que aprovou o Estatuto do Aluno, com a visão que destas coisas a maioria parlamentar que o aprovou tem... -----
- mas mesmo sendo esse o Estatuto do aluno, não é verdade que o artigo 7.º da Lei obrigue a fazer uma coisa como a que aqui se vai votar: -----
- um concurso viciado e, diga-se, escolar e socialmente desonesto; -----
- os alunos têm direito a ver reconhecido e valorizado o mérito? -----
- o que este concurso fará é ocultar e desvalorizar o mérito de quase todos o que o têm... -----
- fará praticamente tudo - ou tudo, mesmo - ao contrário das referências que pretende ter ido buscar à CRP: igualdade de oportunidades, superação de desigualdades, desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, solidariedade, responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática... -----

. Mérito: -----  
- características que tornam alguém digno de apreço, aquilo que alguma coisa tem de bom, de apreciável... -----

- o apelo que a CDU faz é que este regulamento não seja aprovado, que esta disforme competição não seja apadrinhada por esta Assembleia. -----

. A CDU discorda da aprovação deste regulamento e propõe que, até se encontrar outra solução, ética, justa e pedagogicamente aceitável, as verbas previstas para este efeito sirvam reforçar e alargar os apoios a alunos carenciados: -----

- este caminho proposto de concursos e bolsas de mérito é um caminho errado. Os eleitos da CDU, Isabel Lemos, João Louceiro” -----

O Senhor Vice-Presidente respondeu ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro dizendo que conhece o estatuto do aluno e já tiveram o privilégio de falar dele quando exerciam os dois as mesmas funções. Mas, a linguagem que utilizava nesses locais não era a mesma que estava a utilizar hoje perante esta assembleia e se os colegas professores o tivessem hoje ouvido estariam muito zangados porque quem não estava a falar verdade era o Senhor Deputado Municipal, pois o aluno mais bem posicionado para receber o prémio, com o Regulamento apresentado seria o filho de uma família de baixos recursos. Referiu que já foram aprovados na Assembleia Municipal apoios aos alunos carenciados e relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal de que o título está errado, não está correcta uma vez que a bolsa se destina a alunos que entram no décimo ano, que pertence ao ensino secundário. Não faria sentido atribuir uma bolsa de estudo a um aluno do décimo segundo ano porque vai para o ensino superior. Declarou que não acrescentaria mais nada ao assunto, uma vez que solicitou sugestões e a CDU disse que, independentemente, do que fosse feito estaria sempre contra este tipo de regulamento. -----

O Senhor Deputado Municipal João Louceiro pediu a palavra referindo que na anterior intervenção foram baralhados planos que não podia aceitar. É dirigente sindical e não diz num lado uma coisa e outra noutro. Não aplaude este estatuto do aluno. Existe uma carga ideológica que distingue a CDU da análise feita e o exemplo dado não permite contrariar os argumentos deixados pela CDU. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, colocou este ponto da Ordem de Trabalhos à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com os votos contra de: Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, João Manuel Lima Louceiro e a favor: Daniela de Melo Esteves Salgado, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º \_\_\_\_\_

Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

## **7 - REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE:** -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, questionando se alguém queria usar da palavra e não havendo ninguém deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que por sua vez passou ao Senhor Vice-Presidente. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu a necessidade de melhorar o regulamento existente quanto à duração do mandato dos membros que compõem o Conselho Municipal de Juventude e a composição do conselho. Na redacção anterior o vereador com o pelouro da juventude não tinha assento, pelo que a Câmara Municipal teve a preocupação de introduzir alguns ajustes. O Conselho Municipal de Juventude é um órgão meramente consultivo que deve reunir quatro vezes por ano. -----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos pediu a palavra referindo que no início a CDU apresentou uma declaração de voto, não significando que não participaria na discussão.

Questionou o facto de ter sido combinado o envio da proposta de alteração que seria apresentada na Assembleia e não a ter recebido, e ainda, as idades dos jovens que tinha proposto que fosse até aos 35 anos. Acrescentou que a CDU não teve tempo de analisar o assunto uma vez que recebeu ontem, ao meio dia, o assunto para discussão. A CDU analisa profundamente os assuntos para, eventualmente, apresentar propostas para a sua melhoria.-----

O Senhor Vice-Presidente respondeu que era do conhecimento da Senhora Deputada Municipal que a lei determina a idade de 31 anos, pelo que não seria possível o Regulamento estipular outra idade. Acrescentou ainda que sobre a reunião referida pela Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, a mesma teve como proposta de trabalho a análise do regimento e o que está em discussão nesta sessão é o Regulamento Municipal de Juventude, não sendo a mesma coisa. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa, colocou este ponto da Ordem de Trabalhos à votação, tendo o mesmo sido aprovada por maioria, com as abstenções de: Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, João Manuel Lima Louceiro e os votos a favor de: Daniela de Melo Esteves Salgado, Paula Cristina Cardoso P. Machado Pinto, Manuel Amorim da Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Jorge Filipe de Almeida, Pedro Manuel Esteves de Almeida Simões, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Iris Maria Fernandes de Gouveia P. Marques, António Miguel de Miranda Ferreira, António da Silva Laranjeira, Luís Miguel Pereira Brandão, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte,

Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Senhor Deputado Municipal João Louceiro pediu a palavra referindo que a CDU se absteve na votação por não ter tido tempo de analisar o assunto, pois se tivesse tido tempo a sua posição eventualmente poderia ter sido outra. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 1 hora, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, por mim, \_\_\_\_\_

Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

---